
Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do TSE foram elaboradas em consonância aos dispositivos das Leis nºs 4.320/1964 e 10.180/2001, dos Decretos nºs 93.872/1986 e 6.976/2009, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT TSP) e às orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª edição.

A análise e a elaboração das demonstrações contábeis desenvolvem-se como técnica contábil e estão em constante evolução e contínua convergência aos padrões legais e internacionais de qualidade da informação. Pois, como ciência, a Contabilidade está diretamente relacionada aos mecanismos de registro dos atos e fatos de gestão e análise das demais informações geradas. Dessa forma, cumpre a Contabilidade o seu propósito quando serve de base tanto para avaliação da efetividade da administração e da gestão dos recursos como para o fornecimento de dados relevantes e tempestivos na correta apresentação do patrimônio e análise das causas de suas mutações. Desse modo, funciona como instrumento de informação e transparência capaz de satisfazer os usuários no objetivo do processo de gestão, tomada de decisão e prestação de contas.

Quanto à prestação de contas, a Contabilidade aplicada ao setor público alcança o conceito de accountability – prestação de contas e responsabilização daqueles que administram o patrimônio público. Nesse contexto, no âmbito da administração pública, as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, têm se tornado cada vez mais relevantes, ganhando espaço tanto para tomada de decisões pelos gestores como para fins de controle pelos órgãos e pela sociedade. Por isso, a prestação de contas deve ser periódica, clara, objetiva e neutra, evidenciando a realidade do patrimônio público gerido, de modo a resultar em demonstrações contábeis e notas explicativas íntegras, compreensíveis, comparáveis, fidedignas e relevantes.

O Tribunal Superior Eleitoral exerce o papel de Setorial Contábil do TSE e do Órgão Consolidado Justiça Eleitoral, nos termos da Lei nº 10.180/2001. Dessa forma, é responsável pelo acompanhamento e pela orientação da gestão contábil referente à execução orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito da Justiça Eleitoral de modo a garantir qualidade, padronização, fidedignidade e transparência das informações contábeis.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

Declaração Anual da Contadora

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas de 31 de dezembro de 2023 do Órgão 14000 – Justiça Eleitoral. Ela reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data e está pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual Siafi.

As demonstrações contábeis – Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2023 – estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Manual Siafi e as demais normas aplicáveis.

Brasília/DF, 31 de janeiro de 2024.

Lucinei de Oliveira Pereira – CRC nº 008510/O-0

Contadora responsável

Resumo da Base de Preparação para as Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis na Justiça Eleitoral

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 9ª edição) da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e o MCASP e são compostas por:

Balanço Patrimonial (BP);

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

Balanço Orçamentário (BO);

Balanço Financeiro (BF);

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP.

Moeda Funcional - A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real.

Caixa e Equivalentes de Caixa - Incluem dinheiro em caixa e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Depósitos Restituíveis - são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos do período.

Créditos a Curto Prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) adiantamentos; e (v) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescido das atualizações monetárias e juros. Pode ser constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Estoques – Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de custo, ou seja, de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o art. 85 da lei 4.320/64. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado).

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

Ativo Realizável a Longo Prazo - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; e (iv) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo (aquisição, construção ou produção). Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente no resultado do período como variações patrimoniais diminutivas.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados e avaliados com base no valor de custo (aquisição ou de produção), deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o valor de custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes para os imóveis o cálculo é detalhado na Nota Explicativa Específica de Imóveis, consoante a Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis e imóveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data do bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor que um mês.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

Reavaliação e a Redução ao Valor Recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição e os procedimentos contábeis específicos serão informados a depender do bem reavaliado (bem móvel, imóvel, intangível) e a metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade serão também publicados pela Justiça Eleitoral no tópico de mudanças de critérios e políticas contábeis, bem como na conta específica do bem reavaliado ou reduzido a valor recuperável.

Passivos Circulantes e não Circulantes – As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) provisões; e (vi) demais obrigações.

Benefícios a Empregados - Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego relacionados com aposentadoria e pensões são também reconhecidos pelo regime de competência.

Ativos e Passivos Contingentes – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

Na Demonstração das Variações Patrimoniais é apurado o Resultado Patrimonial, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.

No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário será Déficit Orçamentário

No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

Principais Práticas e Procedimentos Contábeis na Justiça Eleitoral para o Exercício de 2023 - Alguns procedimentos contábeis relevantes e significativos estiveram em processo de correção, análise ou alteração em relação aos exercícios anteriores a 2023. Esses procedimentos contábeis devem ser considerados na análise das Demonstrações Contábeis do 4º trimestre de 2023, pois podem impactar na conta Ajustes de Exercícios Anteriores, no processo de prestação de contas ou na tomada de decisão na Justiça Eleitoral. Entre os principais procedimentos contábeis, estão: o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis gerados internamente, os ajustes necessários nos valores mensurados e padronizados para as Urnas Eletrônicas, com movimentação entre os Tribunais Regionais Eleitorais, a reavaliação de bens móveis e imóveis na Justiça Eleitoral, o estudo para o reconhecimento e a mensuração de prováveis valores a receber na Justiça Eleitoral e a baixa de benfeitorias, a exemplo de obras em andamento, estudo e projetos e Instalações e a respectiva incorporação aos imóveis aos quais pertencem.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 09/02/2024 PAGINA 1

SUBTÍTULO 14000 - JUSTICA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	3.062.231.293,47	2.985.398.960,10	PASSIVO CIRCULANTE	372.817.956,17	406.387.293,82
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.856.397.650,92	2.714.478.711,46	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	143.787.167,98	184.095.277,53
Créditos a Curto Prazo	54.923.006,26	174.529.365,13	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	56.409.707,18	177.550.469,70	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	161.211.582,93	203.671.483,42
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-1.486.700,92	-3.021.104,57	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.701,89	1.521,71
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	137.620.354,18	87.455.926,48	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	67.817.503,37	18.619.011,16
VPDs Pagas Antecipadamente	13.290.282,11	8.934.957,03			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.000.770.614,81	4.714.075.359,42	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	147.625,74	94.836,40
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.558.546,73	1.780.685,21	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	91.915,90	85.592,18
Créditos a Longo Prazo	130.021,47	496.591,70	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos Previdenciários do RPPS	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	130.021,47	496.591,70	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	3.428.525,26	1.284.093,51	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	55.709,84	9.244,22
Participações Permanentes	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	372.965.581,91	406.482.130,22
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-		2023	2022
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	872.211.513,90	170.501.937,51
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados Acumulados	7.817.824.812,47	7.122.490.251,79
Imobilizado	5.540.726.933,50	4.292.617.547,74	Resultado do Exercício	1.011.114.373,42	1.025.447.578,82
Bens Móveis	2.621.229.287,35	1.615.357.930,08	Resultados de Exercícios Anteriores	6.657.695.698,87	6.310.308.956,17
Bens Móveis	3.882.557.434,52	2.706.323.983,02	Ajustes de Exercícios Anteriores	149.014.740,18	-213.266.283,20
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.261.328.147,17	-1.090.966.052,94	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.690.036.326,37	7.292.992.189,30
Bens Imóveis	2.919.497.646,15	2.677.259.617,66			
Bens Imóveis	2.952.142.482,14	2.706.109.956,42			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-32.644.835,99	-28.850.338,76			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	456.485.134,58	419.677.126,47			
Softwares	456.485.134,58	419.677.126,47			
Softwares	482.250.178,39	434.896.222,45			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO DEZ (Encerrado)

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 09/02/2024 PAGINA 2

SUBTÍTULO 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-23.776.586,34	-15.219.095,98			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-1.988.457,47	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	9.063.001.908,28	7.699.474.319,52	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.063.001.908,28	7.699.474.319,52

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	2.856.397.650,92	2.714.478.711,46	PASSIVO FINANCEIRO	1.428.652.097,33	1.768.540.080,26
ATIVO PERMANENTE	6.206.604.257,36	4.984.995.608,06	PASSIVO PERMANENTE	122.961.994,68	166.711.207,64
			SALDO PATRIMONIAL	7.511.387.816,27	5.764.223.031,62

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	517.815.751,10	456.896.015,38	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.578.619.429,91	2.743.543.339,47
Atos Potenciais Ativos	517.815.751,10	456.896.015,38	Atos Potenciais Passivos	2.578.619.429,91	2.743.543.339,47
Garantias e Contragarantias Recebidas	517.803.448,08	456.817.936,85	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	8.977.594,11	27.007.892,33
Direitos Contratuais	12.303,02	78.078,53	Obrigações Contratuais	2.569.641.835,80	2.716.535.447,14
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	517.815.751,10	456.896.015,38	TOTAL	2.578.619.429,91	2.743.543.339,47

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	1.288.428.004,81
Recursos Vinculados	139.317.548,78
Seguridade Social (Exceto Previdência)	6.398.197,98
Previdência Social (RPPS)	67.995.916,72
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	64.923.434,08
TOTAL	1.427.745.553,59



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	21.940.690.407,34	37.332.368.315,79
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.216,63	15.243,12
Impostos	-	-
Taxas	5.216,63	15.243,12
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	267.479,23	163.527,33
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	267.479,23	163.527,33
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.150.073,27	1.821.344,61
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	3.080.630,58	1.740.182,27
Variações Monetárias e Cambiais	69.442,69	81.162,34
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	20.792.108.774,37	30.700.959.197,60
Transferências Intragovernamentais	20.667.478.864,60	30.615.435.266,19
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	124.629.909,77	85.523.931,41
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	884.249.181,83	6.381.336.642,97
Reavaliação de Ativos	-	257.578.777,03
Ganhos com Alienação	-	143.163,61
Ganhos com Incorporação de Ativos	882.727.667,11	1.151.377.355,54
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.521.514,72	4.972.237.346,79
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	260.909.682,01	248.072.360,16
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.782.333,25	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	259.127.348,76	248.072.360,16
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	20.929.576.033,92	36.306.920.736,97
Pessoal e Encargos	5.161.303.503,34	5.171.761.407,50
Remuneração a Pessoal	4.122.565.001,59	4.182.172.374,10
Encargos Patronais	742.941.507,69	739.907.603,04
Benefícios a Pessoal	280.631.109,68	219.053.983,15
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	15.165.884,38	30.627.447,21
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.345.995.080,35	1.236.211.586,82
Aposentadorias e Reformas	879.545.880,24	820.856.160,62
Pensões	282.614.304,87	273.279.080,09
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	183.834.895,24	142.076.346,11
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.487.347.771,52	1.862.803.727,08
Uso de Material de Consumo	48.091.972,95	139.313.648,73
Serviços	1.179.775.071,08	1.483.859.218,21
Depreciação, Amortização e Exaustão	259.480.727,49	239.630.860,14
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	693.460,48	430.139,42
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	292.000,84	124.700,22
Variações Monetárias e Cambiais	248.267,76	274.491,81
Descontos Financeiros Concedidos	153.191,88	30.947,39
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	11.778.931.541,11	21.919.539.214,82
Transferências Intragovernamentais	10.550.168.162,26	15.765.153.077,79
Transferências Intergovernamentais	2.173.520,74	11.794.242,54
Transferências a Instituições Privadas	1.187.601.587,43	6.071.439.608,11
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	38.988.270,68	71.152.286,38
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.142.137.598,54	6.099.147.727,72
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	96.040.311,95	51.911.227,50
Perdas com Alienação	48.196,53	-
Perdas Involuntárias	6.400.870,38	13.679.290,15
Incorporação de Passivos	864.180.479,26	5.868.635.398,75



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTITULO	14000 - JUSTICA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Desincorporação de Ativos	175.467.740,42	164.921.811,32
Tributárias	2.421.457,64	3.928.658,37
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	563.252,65	484.459,88
Contribuições	1.858.204,99	3.444.198,49
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	10.745.620,94	13.098.275,24
Premiações	88.886,00	40.927,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	18.127,44	13.682,70
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	10.638.607,50	13.043.665,54
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.011.114.373,42	1.025.447.578,82

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2023	2022



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 09/02/2024 PAGINA 1

SUBTÍTULO 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	59.285.989,62	56.254.935,44	Despesas Orçamentárias	9.969.823.196,53	15.017.000.380,82
Ordinárias	-	-	Ordinárias	8.656.459.142,19	13.723.457.376,28
Vinculadas	59.631.726,61	56.957.273,77	Vinculadas	1.313.364.054,34	1.293.543.004,54
Seguridade Social (Exceto Previdência)		2.144,30	Seguridade Social (Exceto Previdência)	23.191.291,84	74.298,00
Previdência Social (RPPS)	-	25.709,73	Previdência Social (RPPS)	1.064.202.664,09	1.088.505.929,56
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		-	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	59.631.726,61	-	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	225.970.098,41	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		56.929.419,74	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		204.962.776,98
Recursos Extraorçamentários		-	Recursos Extraorçamentários		-
Recursos Não Classificados		-	Recursos Não Classificados		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-345.736,99	-702.338,33			
Transferências Financeiras Recebidas	20.667.124.592,88	30.615.310.043,33	Transferências Financeiras Concedidas	10.550.905.717,99	15.765.861.252,64
Resultantes da Execução Orçamentária	20.041.392.157,72	29.646.836.264,41	Resultantes da Execução Orçamentária	9.663.869.119,68	14.550.140.908,60
Cota Recebida	10.383.887.319,39	10.242.412.625,02	Repasse Concedido	4.032.287,06	107.268.275,73
Repasse Recebido	86.742,53	4.961.551.006,52	Sub-repasse Concedido	9.657.241.354,31	14.442.872.492,63
Sub-repasse Recebido	9.657.241.354,31	14.442.872.492,63	Cota Devolvida	2.418.736,82	
Sub-repasse Devolvido	176.741,49	140,24	Sub-repasse Devolvido	176.741,49	140,24
Independentes da Execução Orçamentária	625.732.435,16	968.473.778,92	Independentes da Execução Orçamentária	887.036.598,31	1.215.720.344,04
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	614.294.714,26	959.998.743,22	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	614.288.487,21	957.575.804,92
Demais Transferências Recebidas	770.827,12	558.284,85	Demais Transferências Concedidas	354.915,97	364.904,22
Movimentação de Saldos Patrimoniais	10.666.893,78	7.916.750,85	Movimento de Saldos Patrimoniais	272.393.195,13	257.779.634,90
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.220.738.795,03	1.007.882.248,17	Pagamentos Extraorçamentários	1.284.501.523,55	1.157.769.692,80
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	103.791.233,08	23.626.269,33	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	29.154.519,78	22.221.247,23
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	895.597.402,25	773.963.177,99	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.238.149.623,33	1.118.325.647,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	17.467.288,49	16.540.038,94	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	17.191.576,23	17.200.357,79
Outros Recebimentos Extraorçamentários	203.882.871,21	193.752.761,91	Outros Pagamentos Extraorçamentários	5.804,21	22.439,95
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	23.848,82		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		18.299,52
Passivos Transferidos	474,57		Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	5.804,21	4.140,43
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	15.592,22	69.957,27			
Arrecadação de Outra Unidade	202.043.049,46	193.420.856,94			
Demais Recebimentos	1.799.906,14	261.947,70			
Saldo do Exercício Anterior	2.714.478.711,46	2.975.662.810,78	Saldo para o Exercício Seguinte	2.856.397.650,92	2.714.478.711,46
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.714.478.711,46	2.975.662.810,78	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.856.397.650,92	2.714.478.711,46
TOTAL	24.661.628.088,99	34.655.110.037,72	TOTAL	24.661.628.088,99	34.655.110.037,72



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2023	PERIODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSAO 09/02/2024	PAGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTITULO	14000 - JUSTICA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.401.698.302,70	924.013.973,53
INGRESSOS	20.947.736.893,38	30.881.857.779,62
Receita Tributária	3.651,68	10.670,21
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	5.847,00	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	59.276.490,94	56.244.265,23
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	20.888.450.903,76	30.825.602.844,18
Ingressos Extraorçamentários	17.467.288,49	16.540.038,94
Passivos Transferidos	474,57	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	15.592,22	69.957,27
Transferências Financeiras Recebidas	20.667.124.592,88	30.615.310.043,33
Arrecadação de Outra Unidade	202.043.049,46	193.420.856,94
Demais Recebimentos	1.799.906,14	261.947,70
DESEMBOLSOS	-19.546.038.590,68	-29.957.843.806,09
Pessoal e Demais Despesas	-7.099.641.907,86	-7.369.358.899,62
Legislativo	-53.773,56	-
Judiciário	-5.938.177.659,16	-6.269.692.901,33
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-2.400,00	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.152.388.119,84	-1.099.503.984,11
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO DEZ (Encerrado)
-------------------	----------------------------

EMIÇÃO 09/02/2024	PÁGINA 2
----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2023	2022
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-9.043.804,12	-143.714,66
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	23.848,82	-18.299,52
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.878.293.584,39	-6.805.419.155,61
Intergovernamentais	-	-1.799.984,50
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-1.799.984,50
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-715.935.889,67	-722.175.888,07
Outras Transferências Concedidas	-1.162.357.694,72	-6.081.443.283,04
Outros Desembolsos Operacionais	-10.568.103.098,43	-15.783.065.750,86
Dispêndios Extraorçamentários	-17.191.576,23	-17.200.357,79
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-5.804,21	-4.140,43
Transferências Financeiras Concedidas	-10.550.905.717,99	-15.765.861.252,64
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.259.779.363,24	-1.185.198.072,85
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.259.779.363,24	-1.185.198.072,85
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.004.706.927,50	-1.105.908.879,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-255.072.435,74	-79.289.193,85
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	141.918.939,46	-261.184.099,32
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.714.478.711,46	2.975.662.810,78
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.856.397.650,92	2.714.478.711,46



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 09/02/2024 PAGINA 1

SUBTÍTULO 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	85.754.894,00	85.754.894,00	59.285.989,62	-26.468.904,38
Receitas Tributárias	-	-	3.651,68	3.651,68
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	3.651,68	3.651,68
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	5.847,00	5.847,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	5.847,00	5.847,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	85.754.894,00	85.754.894,00	59.276.490,94	-26.478.403,06
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	85.754.894,00	85.754.894,00	59.274.639,40	-26.480.254,60
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	1.851,54	1.851,54
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO DEZ (Encerrado)
-------------------	----------------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 09/02/2024	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	85.754.894,00	85.754.894,00	59.285.989,62	-26.468.904,38
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	85.754.894,00	85.754.894,00	59.285.989,62	-26.468.904,38
DEFICIT			9.910.537.206,91	9.910.537.206,91
TOTAL	85.754.894,00	85.754.894,00	9.969.823.196,53	9.884.068.302,53
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	9.675.495.013,00	9.581.529.015,00	9.218.715.943,48	8.825.973.188,21	8.754.553.403,05	362.813.071,52
Pessoal e Encargos Sociais	6.378.059.551,00	6.328.059.551,00	6.120.266.382,68	6.043.586.662,86	5.993.093.982,61	207.793.168,32
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.297.435.462,00	3.253.469.464,00	3.098.449.560,80	2.782.386.525,35	2.761.459.420,44	155.019.903,20
DESPESAS DE CAPITAL	1.002.923.236,00	1.096.889.234,00	751.107.253,05	248.252.606,07	215.881.158,15	345.781.980,95
Investimentos	1.002.923.236,00	1.094.454.234,00	748.672.253,05	248.252.606,07	215.881.158,15	345.781.980,95
Inversões Financeiras	-	2.435.000,00	2.435.000,00	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	10.678.418.249,00	10.678.418.249,00	9.969.823.196,53	9.074.225.794,28	8.970.434.561,20	708.595.052,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	10.678.418.249,00	10.678.418.249,00	9.969.823.196,53	9.074.225.794,28	8.970.434.561,20	708.595.052,47



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 09/02/2024 PAGINA 3

SUBTÍTULO 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	10.678.418.249,00	10.678.418.249,00	9.969.823.196,53	9.074.225.794,28	8.970.434.561,20	708.595.052,47

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	23.855.146,16	305.928.519,68	199.412.819,10	195.656.459,56	67.918.102,12	66.209.104,16
Pessoal e Encargos Sociais	14.793.409,14	119.603.488,15	64.029.528,87	63.455.885,10	42.437.768,56	28.503.243,63
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.061.737,02	186.325.031,53	135.383.290,23	132.200.574,46	25.480.333,56	37.705.860,53
DESPESAS DE CAPITAL	908.267.927,55	468.034.658,31	1.061.046.847,72	1.042.493.163,77	4.603.294,64	329.206.127,45
Investimentos	908.267.927,55	468.034.658,31	1.061.046.847,72	1.042.493.163,77	4.603.294,64	329.206.127,45
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	932.123.073,71	773.963.177,99	1.260.459.666,82	1.238.149.623,33	72.521.396,76	395.415.231,61

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	24.864.073,99	32.213.260,89	27.749.478,46	293.606,72	29.034.249,70
Pessoal e Encargos Sociais	20.799.639,97	10.757.142,79	7.268.810,46	124.483,20	24.163.489,10
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.064.434,02	21.456.118,10	20.480.668,00	169.123,52	4.870.760,60
DESPESAS DE CAPITAL	1.426.880,66	1.723.995,90	1.405.041,32	-	1.745.835,24
Investimentos	1.426.880,66	1.723.995,90	1.405.041,32	-	1.745.835,24
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	26.290.954,65	33.937.256,79	29.154.519,78	293.606,72	30.780.084,94

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, esta conta compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como valores equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. É composta, principalmente, pelo saldo na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Recursos Liberados pelo Tesouro, a qual traz as disponibilidades de recursos recebidos de cotas financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional – STN referente às dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023 e de recursos para pagamento dos Restos a Pagar.

No quarto semestre de 2023, a conta Caixa e Equivalente de Caixa representou o percentual de 31,52% de todo o Ativo (Ativo Circulante + Ativo Não Circulante) da Justiça Eleitoral, sendo que no período entre o final de dezembro de 2022 e o final de dezembro de 2023, o saldo variou negativamente em **R\$ 141.918.939,46**, variação de 5,23%. Os referidos recursos visaram atender às despesas obrigatórias de custeio e de investimentos no decorrer da execução do exercício financeiro de 2023.

Do valor total da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (Recursos Liberados pelo Tesouro), **93,00%** ou **R\$ 2.654.717.465,14** está disponível na Setorial Financeira da Justiça Eleitoral, unidade responsável pela administração e distribuição desses recursos aos Tribunais Eleitorais de acordo com a programação financeira de desembolso de cada um. Além disso, o valor de **R\$ 199.701.714,19** ou **7,00%** do total está disponível nos Tribunais Eleitorais.

Em 31/12/2023, os recursos na conta Limite de Saque estiveram distribuídos conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Composição

Origens	R\$	
	31/12/2023	AV %
Setorial Financeira da Justiça Eleitoral	2.654.717.465,14	93,00
Disponível nos Tribunais Eleitorais	199.701.714,19	7,00
Total	2.854.419.179,33	100,00

Fonte: Siafi

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo compreendem os valores a receber por transações realizáveis no exercício corrente ou direitos a curto prazo referentes a transferências ou adiantamentos concedidos e realizados e ainda não comprovados de serviços prestados ou recursos aplicados por terceiros. No Balanço Patrimonial da Justiça Eleitoral, para esse item, no período entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023, houve uma redução de 68,53% explicada principalmente pelo pagamento de adiantamentos a pessoal e pela baixa do adiantamento de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, que estavam pendentes e houve a correspondente prestação de contas (a exemplo do TED do TSE com o Ministério da Defesa para atender ao apoio logístico e ações de garantia da votação e apuração nas eleições de 2022). Cabe registrar que 2022, ocorreu adiantamento a prestadores de serviços referente a pagamentos de auxílio alimentação aos mesários que contribuíram para elaboração das eleições. Consta ainda pendente de prestação de contas e conclusão, por exemplo, o TED celebrado entre o TSE e a CTI – Centro de Tecnologia da Informação, no valor de R\$ 10.245.341,00, visando ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação de tecnologia em qualificação e análise de hardware para o aprimoramento tecnológico do ecossistema de votação eletrônica.

Quanto ao reconhecimento de créditos a receber, faz-se importante mencionar que os procedimentos contábeis e patrimoniais de registros de Direitos referentes às receitas de Multas Eleitorais do Código Eleitoral e Leis Conexas ainda não constam discriminados no patrimônio do TSE e dos TREs, devido à ausência de um sistema automatizado e gerencial que dê suporte às informações financeiras de processos julgados nos órgãos da Justiça Eleitoral.

Para o correto reconhecimento da Variação Patrimonial Aumentativa – VPA, pelo regime de competência, referente aos Créditos a Receber das multas eleitorais, bem como a correta baixa tempestiva desses direitos, sejam realizados de forma tempestiva e fidedigna, o Tribunal Superior Eleitoral iniciou projeto para desenvolvimento de um sistema automatizado dedicado ao registro, emissão e controle de receitas de multas eleitorais para implantação em toda a Justiça Eleitoral. Durante o exercício de 2023, houve reuniões para tratar sobre o assunto e definir funcionalidades necessárias para atender a respectiva demanda. Atualmente, o projeto está em fase de planejamento, conforme Acordo de Cooperação Técnica entre o TSE e o TRE-SP para desenvolvimento do sistema.

Nota 03 – Estoques Curto Prazo

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

Essa conta compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pelos órgãos da Justiça Eleitoral, com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades nos Tribunais Eleitorais. Compreendem os materiais de consumo em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores.

Na Justiça Eleitoral, para o quarto trimestre de 2023, houve um acréscimo de 57,36% nessa conta, resultando em um valor nominal de R\$ 137.620.354,18, o aumento nominal foi de R\$ 50.164.427,70 em relação ao mesmo período de 2022 e deve-se principalmente ao aumento do fluxo das atividades operacionais para aquisição de Materiais de Consumo pelo aumento demandado para a elaboração e administração das atividades fins da Justiça Eleitoral. Do valor total dos Estoques, R\$ 137.996.019,92 referem-se a Almoxarifado – Materiais de Consumo. A conta de Estoques sofreu ajuste para perdas, tendo em vista tratar-se de conta retificadora de ativo, com natureza credora, os Ajustes para Perdas em Estoques foram contabilizados no valor de (R\$ 488.512,46) e reduziu o valor total da conta Estoques da Justiça Eleitoral. A conta de Ajustes para Perdas é uma estimativa para bens de estoques inservíveis, são estimativas de valores de estoques que ainda não foram baixados do patrimônio do órgão, por não conclusão e certeza de valores a serem baixados ou por não conclusão de procedimento de apuração e desfazimento desses estoques. Observa-se que as aquisições mais volumosas nos Tribunais Eleitorais estão relacionadas à aquisição de Materiais de consumo de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC. Faz-se importante mencionar que o TSE dispõe de Reserva Técnica de Materiais de Consumo de TIC no Estoque, referente a suprimentos de Urnas Eletrônicas para atender as demandas dos TREs.

Materiais de Consumo de TIC - São aqueles materiais considerados suprimentos de Tecnologia de Informação e Comunicação que em razão de seu uso corrente e definição, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos. A esse critério, acrescenta-se o critério da fragilidade, perecibilidade, incorporabilidade e transformabilidade. Exemplo: cartuchos de tinta, pen-drive, fitas de backup, discos ópticos, toners para impressoras laser e peças de reposição de TIC, mídias de aplicação e suprimentos para Urnas Eletrônicas.

Nota 04 – Imobilizado

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (móveis e imóveis) destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial,

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2023, a Justiça Eleitoral apresentou saldo de R\$ 5.540.726.933,50, relacionado ao imobilizado. Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, bem como a variação percentual entre o período de dezembro de 2022 e dezembro de 2023:

Tabela 2 – Imobilizado – Composição

Imobilizado	30/12/2023	31/12/2022	R\$ AH %
Bens Móveis	2.621.229.287,35	1.615.357.930,08	62,27
(+) Valor Bruto Contábil	3.882.557.434,52	2.706.323.983,02	43,46
(-) Depreciação/Amor./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.261.328.147,17	-1.090.966.052,94	15,62
Bens Imóveis	2.919.497.646,15	2.677.259.617,66	9,05
(+) Valor Bruto Contábil	2.952.142.482,14	2.706.109.956,42	9,09
(-) Depreciação/Amor./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-32.644.835,99	-28.850.338,76	13,15
Total	5.540.726.933,50	4.292.617.547,74	29,08

Fonte: Sifa fi

A conta Depreciação Acumulada registra a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado, neste caso, (R\$1.261.328.147,17) referem-se à depreciação acumulada dos bens móveis e (R\$ 32.644.835,99) aos bens imóveis.

A conta Depreciação Acumulada está diretamente relacionada ao desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência dos bens móveis ou imóveis da Justiça Eleitoral.

O critério utilizado para o cálculo da depreciação acumulada **dos bens móveis** é o critério de **quotas constantes**, equação formada pela divisão do valor depreciável pelo tempo de vida útil do respectivo bem do imobilizado.

A base de cálculo para a depreciação é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos quando os valores forem identificados, especificados e atribuíveis diretamente à aquisição e construção do bem.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

De outro modo, para a **Depreciação Acumulada de Bens Imóveis**, o cálculo é mensal e automático, sendo realizado pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU e registrado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN na contabilidade dos órgãos federais.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023 dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O cálculo do valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle.

O Método da **Parábola de Kuentzle** distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação.

O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

Nesse sentido, a vida útil e valor residual dos imóveis serão definidos com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Bens Móveis

Os Bens Móveis da Justiça Eleitoral em 31/12/2023 totalizavam R\$ 2.621.229.287,35 (descontado o valor da depreciação acumulada no montante de R\$ 1.261.328.147,17), distribuídos em contas

**Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023**

contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Do valor total bruto dos Bens Móveis registrados na Justiça Eleitoral, 83,97% referem-se a Bens de Informática. Tendo em vista as necessidades e atividades relacionadas às atribuições designadas à Justiça Eleitoral, os Bens de Informática, a exemplo de computadores e urnas eletrônicas, são essenciais tanto à atividade fim como à atividade meio dos tribunais eleitorais.

Tabela 3 – Bens Móveis - Composição

Bens Móveis			R\$
	31/12/2023	31/12/2022	AH %
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	132.211.635,30	126.310.327,05	4,67
Bens de Informática	3.260.228.424,45	2.164.399.198,43	50,63
Móveis e Utensílios	244.430.715,73	243.635.447,07	0,33
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	41.702.394,78	41.008.312,37	1,69
Veículos	112.279.458,15	99.779.490,87	12,53
Bens Móveis em Almoxarifado	64.581.953,22	7.880.882,90	719,48
Armamentos	459.731,70	265.417,04	73,21
Demais Bens Móveis	26.663.121,19	23.044.907,29	15,70
Depreciação / Amortização Acumulada	-1.261.328.147,17	-1.090.966.052,94	15,62
Total	2.621.229.287,35	1.615.357.930,08	62,27

Fonte: Siafi

1. Bens Imóveis

Os Bens Imóveis são o solo (terreno) e tudo quanto possa estar nele incorporado, natural ou artificialmente, e que não pode ser retirado sem destruição ou danos.

Os Bens Imóveis da União registrados na Justiça Eleitoral em 31/12/2023 totalizavam R\$ 2.919.497.646,15 distribuídos em contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 4 – Bens Imóveis - Composição

Bens Imóveis			R\$
	31/12/2023	31/12/2022	AH %
Bens de Uso Especial	2.739.584.960,75	2.497.152.539,73	9,71
Bens Imóveis em Andamento	171.199.189,11	141.957.010,52	20,60
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	182.072,56	1.008.502,71	-81,95
Instalações	35.634.277,15	36.215.535,74	-1,60
Demais Bens Imóveis	5.541.982,57	29.776.367,72	-81,39
Depreciação / Amortização Acumulada	-32.644.835,99	-28.850.338,76	13,15
Total	2.919.497.646,15	2.677.259.617,66	9,05

Fonte: Siafi

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 92,79% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da Justiça Eleitoral, perfazendo o montante de R\$ 2.739.584.960,75, em 31/12/2023, em valores brutos (sem a Depreciação Acumulada).

Os Bens Imóveis em Andamento referem-se à conta Estudos e Projetos somados às Obras cujas execuções não foram ainda concluídas. Os imóveis que se encontram nesta condição representam o percentual de apenas 5,79% do valor total dos imóveis da Justiça Eleitoral.

Ressalta-se que a Macrofunção - Siafi 021107 - Imóveis de Propriedades da União estabelece, no item 3.1.6.4 que "entre os valores das Benfeitorias e Obras, incluem-se os das contas Estudos e Projetos; Obras em Andamento; e Instalações", porém no Siafi, o valor referente à conta Instalações não estão contidos no valor das benfeitorias.

Observa-se que as instalações correspondem às benfeitorias relevantes efetuadas em imóveis e inerentes a este, como instalação de elevadores, salas cofres, painéis de energia solar, sistema de detecção e alarme de incêndio, grupo gerador, sistema contra descargas atmosféricas etc.

No entanto, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP **não estabelece roteiro ou procedimento de depreciação padronizado da conta de Instalações para o âmbito da Administração Pública Federal.**

Ademais, nenhum órgão da administração pública direta da União, atualmente, tem estabelecido o procedimento de depreciação individualizado para os valores registrados na Conta de Instalações.

A eventual ausência da depreciação exclusiva de instalações poderá ser sanada no processo de baixa da conta de instalações e respectiva incorporação aos imóveis aos quais pertencem, quando do processo de reavaliação desses imóveis, os efeitos da depreciação das instalações serão considerados. Reitera-se que a depreciação dos imóveis ocorrerá **mensalmente e automaticamente** pelo procedimento descrito de depreciação sob responsabilidade e **competência direta da SPU e STN**, incluindo os valores das instalações incorporadas ao imóvel a ser depreciado.

Dessa forma, os Tribunais Eleitorais estão em processo de análise e controle para a baixa e incorporação dos valores das Instalações aos respectivos imóveis aos quais pertencem, consoante a orientação de Bens Imóveis - SOF/TSE nº 17 de 2022.

Bens Imóveis de Uso Especial

Conforme tabela abaixo, os bens de uso especial do patrimônio imobiliário registrados na Justiça Eleitoral apresentam a seguinte composição:

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

Tabela 5 - Bens de Uso Especial – Composição

Bens de Uso Especial	31/12/2023	31/12/2022	R\$ AH %
Terrenos/Glebas	160.903.022,80	144.013.851,72	11,73
Edifícios	2.388.332.622,63	2.197.638.863,85	8,68
Imóveis Residenciais e Comerciais	82.964.896,73	69.825.449,36	18,82
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	107.384.418,59	85.674.374,80	25,34
Total	2.739.584.960,75	2.497.152.539,73	9,71

Fonte: SIAFI

Os Bens de Uso Especial são os de valores mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário da Justiça Eleitoral. São constituídos por Edificações, Terrenos/Glebas, Imóveis Residenciais e Comerciais, e Outros Bens de Uso Especial da Justiça Eleitoral, conforme a Tabela 5.

O Sistema SPIUnet, até o momento, registra no SIAFI o valor na conta contábil de Terrenos apenas se o imóvel for terreno e não possuir nenhuma edificação. Por exemplo, quando um Tribunal adquire um terreno para uma futura construção, o saldo é registrado na conta contábil de terrenos.

Quando ocorre a construção do imóvel, o gestor altera no SPIUnet a “destinação” do imóvel para edifícios. Com isso, o saldo é reclassificado para a conta “Edifícios”.

A informação do valor do terreno dos imóveis consta apenas internamente no Sistema SPIUnet, inclusive o valor do terreno é subtraído para fins do cálculo da depreciação de acordo com as normas contábeis. Para a contabilização em separado no SIAFI do terreno e a edificação de um mesmo imóvel haveria a necessidade de ações da Secretaria de Patrimônio da União - SPU e da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no sentido de alterar os parâmetros do atual sistema SPIUnet.

O SPIUnet ainda não está totalmente preparado para a implantação da rotina completa de contabilização correta dos procedimentos de reavaliação dos imóveis. Segundo a Portaria conjunta SPU/STN nº 10/2023, os Bens Imóveis dependem da depreciação realizada pelo sistema SPIUnet da SPU que envia as informações de registro a STN. O sistema SPIUnet está em fase de atualização e adaptação pela SPU, visando ao atendimento às regras de contabilização para as despesas de depreciação dos Bens Imóveis de responsabilidade dos órgãos da União.

Nota 05 – Intangível

São os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos intangíveis gerados internamente em fase de pesquisa não são capitalizados, mas reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos na fase de desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis e controláveis pelos órgãos da Justiça Eleitoral. Nesse último caso, pela ausência de reconhecimento inicial de ativos intangíveis desenvolvidos internamente na Justiça Eleitoral, são realizados procedimentos de métricas para a estimativas e apuração do valor de custo estimado ou valor justo do Ativo Intangível Gerado Internamente.

Em 31/12/2023, a Justiça Eleitoral apresentou o saldo de R\$ 456.485.134,58 relacionado ao Ativo Intangível. Na tabela a seguir é apresentada a composição do subgrupo Intangível no período entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023:

Tabela 6 – Intangível – Composição

Intangível	31/12/2023	31/12/2022	R\$ AH %
Software com Vida Útil Definida	71.050.497,61	62.859.983,12	13,03
Software com Vida Útil Indefinida	411.199.680,78	372.036.239,33	10,53
Amortização Acumulada	-23.776.586,34	-15.219.095,98	56,23
Redução ao Valor Recuperável	-1.988.457,47	-	100,00
Total	456.485.134,58	419.677.126,47	8,77

Fonte: Sifa fi

Do total do saldo da conta Software da Justiça Eleitoral, 85,26% representam softwares de vida útil indefinida, desse valor, R\$ 25.095.260,65 referem-se a softwares em fase de desenvolvimento. Cabe ressaltar que o sistema de patrimônio utilizado pela Justiça Eleitoral foi alterado em 2019 com vistas à inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis e amortização do intangível correspondente. O referido sistema já foi concluído. A fase de implantação na Justiça Eleitoral, que se iniciou em 2020 está prosseguindo com o foco na fase do controle, mensuração e reconhecimento dos Ativos Intangíveis Gerados Internamente no âmbito da Justiça Eleitoral.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

Destaca-se também, em 2023, a Redução ao Valor Recuperável integralmente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, que reduziu o valor R\$ 1.988.457,47 decorrente de uma reavaliação de intangível realizada no âmbito interno de seu órgão.

Nota 06 – Amortização

A amortização é realizada para elementos patrimoniais de direitos de propriedade e bens intangíveis **que tiverem a vida útil econômica limitada e definida**; e tem como característica fundamental a redução do valor do bem. Dessa forma, a vida útil do ativo intangível é classificada em definida ou indefinida e a amortização respectiva apenas ocorrerá para os ativos intangíveis de vida útil definida (limitada). A Justiça Eleitoral por meio das suas áreas de patrimônio, tecnologia e contabilidade ampliou o controle e processo para calcular e classificar seus ativos intangíveis, definindo-os em ativos de vida útil definida ou indefinida. Atualmente, na Justiça Eleitoral, a amortização está relacionada a softwares adquiridos. Para o 4º trimestre de 2023, a Amortização Acumulada representou o montante de (R\$ 23.776.586,34) um aumento de 56,23% em relação a dezembro de 2023. Do total da variação positiva da amortização R\$ 8.557.490,36 na Justiça Eleitoral, o Tribunal Regional de São Paulo foi responsável pelo valor de aumento de R\$ 6.717.136,98 de amortização, no exercício de 2023, justificado pelo aumento na aquisição de softwares de vida útil definida, no montante aproximado de R\$ 12,70 milhões, entre o final de 2022 e final de 2023, levando ao referido aumento da quota mensal de amortização desses ativos intangíveis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados periodicamente, em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada pela Justiça Eleitoral periodicamente, para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Não significa que esses ativos não têm vida útil, apenas que não pode ser determinada ou conhecida. Dessa forma, caso a avaliação desses bens consiga determinar com precisão os softwares de vida útil indefinida são reclassificados para vida útil definida de modo a serem amortizados mensalmente segundo o regime contábil de competência aplicável.

Nota 07 – Passivo – Obrigações Trabalhistas – Pessoal a Pagar – Curto Prazo

Na Justiça Eleitoral, o subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo é composto, principalmente, pela conta Pessoal a Pagar (no valor de R\$ 135.397,018,88), a qual

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

representa 94,16% deste subgrupo. Para a conta Pessoal a Pagar, houve uma diminuição de 22,40%, em relação ao mês de dezembro do exercício de 2022. Explicado, principalmente, pela redução do Passivo de Férias a Pagar, e outros encargos trabalhistas, de acordo ao relatório do Sistema de Folha de Pagamento SGRH da Justiça Eleitoral, atendendo ao Acórdão TCU nº 1322/2018, aos procedimentos da CCONT/STN (Manual Siafi código 021142 – Folha de Pagamento), bem como a Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

Nota 08 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2023, a Justiça Eleitoral apresentou um saldo em aberto de R\$ 161.211.582,93 relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo todo esse valor relativo a obrigações a curto prazo. Houve redução de 20,85% em relação a dezembro de 2022, explicado, principalmente, pelo volume de despesas e contas relacionadas a elaboração das Eleições Gerais de 2022 e ao Reequilíbrio Econômico e Financeiro entre o TSE e a empresa Positivo Tecnologia S/A, no ano de 2022, em relação ao fornecimento de Urnas Eletrônicas para a Justiça Eleitoral. A totalidade de fornecedores e contas a pagar do curto prazo refere-se aos credores nacionais, representando 100% do total a ser pago conforme tabela a seguir:

Tabela 7 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

Circulante	R\$		
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	161.211.582,93	203.671.483,42	-20,85

Fonte: Siafi

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2023.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora contratante

Unidades Gestoras	31/12/2023	R\$
		AV (%)
070001 – Tribunal Superior Eleitoral - TSE	104.141.537,25	64,60
070058 – Fundo Partidário - TSE	27.417.413,45	17,01
070018 – Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	5.187.532,92	3,22
070004 – Tribunal Regional Eleitoral do Pará	4.256.105,58	2,64
070013 – Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	3.899.437,64	2,42
070005 – Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	3.591.614,51	2,23
070014 – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	2.372.525,68	1,47
070007 – Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	1.509.182,30	0,94
070022 – Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	1.448.258,91	0,90
070017 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	1.349.714,28	0,84
Demais	6.038.260,41	3,75
Total	161.211.582,93	100,00

Fonte: Siafi

A unidade gestora executora **do TSE** é responsável por **64,60%** do total a ser pago. Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 10 (dez) credores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2023:

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

Fornecedores	31/12/2023	R\$ AV (%)
Positivo Tecnologia S.A.	89.659.054,84	55,62
Tribunal Superior Eleitoral - TSE	27.417.413,45	17,01
Positivo Tecnologia S.A.	7.263.658,96	4,51
OI S.A. - Em recuperação Judicial	6.030.306,03	3,74
CTIS Tecnologia Ltda.	2.730.860,67	1,69
Digisystem Serviços Especializados Ltda.	2.171.627,34	1,35
NTSEC Soluções em Teleinformática Ltda.	1.154.925,00	0,72
Sodalita Informática e Telecomunicação Ltda.	1.135.253,50	0,70
RCS Tecnologia Ltda.	1.027.701,51	0,64
Fox Engenharia e Consultoria Ltda.	936.000,00	0,58
Demais	21.684.781,63	13,45
Total	161.211.582,93	100,00

Fonte: Siafi

Os credores listados acima representam 86,55% do total de Fornecedores a serem pagos. O fornecedor mais relevante, empresa Positivo Tecnologia S.A, sozinho representa o percentual de 55,62% do total de contas a pagar, ou seja, o valor nominal de R\$ 89.659.054,84, e deve-se, principalmente, à prestação de serviços para produção e fornecimento de Urnas Eletrônicas para a Justiça Eleitoral, modelo UE2022, conforme obrigação contratual entre a Positivo Tecnologia S/A e o Tribunal Superior Eleitoral.

A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(A) Positivo Tecnologia S.A.: Contrato 08/2021. Produção e o fornecimento de 32.609 (trinta e duas mil, seiscentas e nove) urnas eletrônicas modelo (UE2020), com a respectiva embalagem, bem como o fornecimento de suprimentos (itens A e D), listados na Cláusula Quinta do contrato, conforme especificações e prazos constantes do Edital de Licitação-TSE nº 43/2019 e seus anexos, e proposta da contratada.

(B) Tribunal Superior Eleitoral - TSE: contas a pagar referente às transferências do Fundo Partidário ao TSE para serem destinados aos Partidos Políticos, consoante a Lei 11.459/07.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

(C) Positivo Tecnologia S.A.: Fornecimento de urnas eletrônicas e materiais, bem como prestação dos serviços descritos no Projeto Básico - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 3/2021 – Ata de Registros de Preços TSE nº 40/2021. Contrato 125/22.

(D) OI S.A. – Em Recuperação Judicial: Prestação de serviços de comunicação, através do fornecimento de enlaces de comunicação de dados entre o Tribunal Superior Eleitoral - TSE e os TREs (item 17), com dupla abordagem, através de links principal e redundante, durante 30 (trinta) meses. O serviço engloba instalação, configuração de equipamentos e de enlaces de comunicação, gerenciamento pró-ativo contra falhas e portal de gerência, conforme especificações, exigências e prazos constantes do Anexo I do Edital Licitação 15/2020. Contrato: 20/20.

(E) CTIS Tecnologia LTDA.: Prestação de serviços de informática na área de sustentação de Sistemas de Informação, de acordo com as especificações, quantidades e prazos constantes no Edital de Licitação TSE nº 4/2009, a fim de atender às demandas da Justiça Eleitoral (TSE e TREs).

(F) Digisystem Serviços Especializados Ltda.: Serviços técnicos especializados de apoio na área de desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas de informação, mediante alocação de postos de trabalho, pelo período de 2 (dois) anos, prorrogáveis nos termos da lei, conforme especificações, exigências, quantidades e prazos constantes do Edital da Licitação e seus anexos, modalidade pregão, na forma eletrônica, e proposta da contratada.

(G) NTSEC Soluções em Teleinformática Ltda.: Treinamento solução web application firewall.

(H) Sodalita Informática e Telecomunicação Ltda.: Aquisição de solução de rack inteligente para atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (órgão gerenciador) com instalação, configuração e garantia, conforme disposto no Termo de Referência do Pregão n.º 43/2019.

(I) RCS Tecnologia Ltda.: Prestação de serviço de apoio administrativo de Técnico em Secretariado, mediante alocação de postos de trabalho, pelo período de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei, de acordo com as especificações, exigências, quantidades e prazos constantes do Edital de Licitação TSE nº 79/2021 e seus anexos, modalidade pregão, e proposta da contratada.

(J) Fox Engenharia e Consultoria Ltda.: Despesas com a Prestação de Serviços de Consultoria em Engenharia e Arquitetura.

Nota 09 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2023 a Justiça Eleitoral possuía o saldo de **R\$2.569.641.835,80** em obrigações contratuais de parcelas de contratos que serão executados nos próximos exercícios.

**Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023**

A seguir apresenta-se a tabela com as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Composição.

Natureza dos Contratos	R\$		
	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Aluguéis	156.073.603,67	123.965.477,42	25,90
Fornecimento de Bens	793.257.530,36	1.236.960.817,80	-35,87
Seguros	452.014,99	780.373,25	-42,08
Serviços	1.619.858.686,78	1.354.828.778,67	19,56
Total	2.569.641.835,80	2.716.535.447,14	-5,41

Fonte: Siafi

As obrigações contratuais mais relevantes foram aquelas relacionadas à Prestação de Serviços, que representou 63,03% do total das obrigações, enquanto o Fornecimento de Bens representou 30,87% do total das obrigações assumidas pela Justiça Eleitoral ao final de 31/12/2023.

Na sequência, apresenta-se a tabela por Unidades Gestoras dos contratantes com os valores mais expressivos.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

Unidades Gestoras	R\$	
	31/12/2023	AV (%)
070001 – Tribunal Superior Eleitoral - TSE	1.171.890.053,18	45,61
070018 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	180.428.249,30	7,02
070014 – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	158.064.882,46	6,15
070013 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	148.545.177,54	5,78
070021 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	85.629.277,64	3,33
070019 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	78.639.372,42	3,06
070004 – Tribunal Regional Eleitoral do Pará	75.526.754,23	2,94
070017 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	75.314.342,93	2,93
070006 – Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	62.714.622,27	2,44
070015 – Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	54.235.045,16	2,11
Demais	478.654.058,67	18,63
TOTAL	2.569.641.835,80	100,00

Fonte: Siafi

**Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023**

O TSE e os Tribunais Regionais Eleitorais de São Paulo e de Minas Gerais foram os responsáveis por **58,78%** do total contratado. Na tabela abaixo estão relacionados os maiores contratos registrados, com os respectivos saldos a executar até 31/12/2023.

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratados	R\$	
	31/12/2023	AV (%)
ICC125221 - Contrato nº 125/2022 - Positivo Tecnologia S.A.	238.691.378,76	9,29
ICCT84211 - Contrato nº 84/2021 - Positivo Tecnologia S.A.	225.702.413,23	8,78
ICCT31231 - Contrato nº 31/2023 - Digisystem Serviços Especializados Ltda.	100.722.670,41	3,92
ICCT24231 - Contrato nº 24/2023 - Unimed Seguros Saúde S.A.	63.962.983,48	2,49
ICCT85211 - Contrato nº 85/2021 - Serpro	60.971.164,69	2,37
ICCT25231 - Contrato nº 25/2023 - Oracle do Brasil Sistemas Ltda.	59.995.918,08	2,33
ICCT86211 - Contrato nº 86/2021 - Positivo Tecnologia S.A.	57.235.511,77	2,23
02558157000162 - Telefôncia Brasil S.A.	43.261.044,86	1,68
16513178000176 - UNIMED Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	40.228.318,36	1,57
02688100000420 - AKIYAMA S.A. - Industria e Comércio de Equipamentos	28.509.144,00	1,11
Demais	1.650.361.288,16	64,23
Total	2.569.641.835,80	100,00

Fonte: Siafi

Em relação aos contratados acima, eles representam **35,77%** do total a ser pago. Os contratos 125/2022, 84/2021 e 31/2023 representam 21,99% do total a ser pago. O valor principal do grupo – Obrigações Contratuais refere-se ao Contratado Positivo Tecnologia S.A. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(A) **Contrato nº 125/2022 - Positivo Tecnologia S.A:** Contrato de prestação de serviço de produção e fornecimento de urnas eletrônicas modelos (UE2020) e (UE2022) para a Justiça Eleitoral.

(B) **Contrato nº 84/2021 - Positivo Tecnologia S.A.:** Prestação de Serviço de Produção e Fornecimento de Urnas Eletrônicas Modelo (UE2020) e (UE2022) para o Tribunal Superior Eleitoral. Contrato nº 84/2021, prevendo a produção e fornecimento dos equipamentos e materiais objeto da ATA 40/2021: urnas eletrônicas modelo (UE2022), produção de 176.000 embalagens para urnas eletrônicas, fornecimento de peças de reposição, prestação de serviços relacionada, etc.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

(C) **Contrato nº 31/2023 – Digisystem Serviços Especializados Ltda.:** Serviços técnicos especializados de apoio na área de desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas de informação, mediante alocação de postos de trabalho, pelo período de 2 (dois) anos, prorrogáveis nos termos da lei, conforme especificações, exigências, quantidades e prazos constantes do Edital da Licitação e seus anexos, modalidade pregão, na forma eletrônica, e proposta da contratada.

(D) **Contrato nº 24/2023 – Unimed Seguros Saúde S.A.:** Prestação de serviço de assistência à saúde, para ministros, juízes auxiliares, servidores, seus dependentes e pensionistas civis, por meio de operadora de plano privado de assistência à saúde ou de operadora de seguro privado de assistência à saúde, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, em todo o território nacional, compreendendo atendimento médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia

(E) **Contrato nº 85/2021 – Serpro:** Prestação de serviços de Operacionalização da Identificação Civil Nacional (ICN) abrangendo serviços de conferência biográfica e biométrica, pesquisa biográfica e emissão de Documento Nacional de Identificação (DNI), consoante especificações, exigências e prazos constantes do Projeto Básico e da proposta da contratada. Término em 31/12/2026.

(F) **Contrato nº 25/2023 - Oracle do Brasil Sistemas Ltda.:** Serviço de processamento de banco de dados Oracle em nuvem privada na plataforma Exadata Cloud at Customer em dois equipamentos, sendo um X9M ou superior, com 8 (oito) DB Nodes e 8 (oito) Storage Nodes e outro X9M ou superior, com 4 (quatro) DB Nodes e 4 (quatro) Storage Nodes, incluindo a instalação dos equipamentos, créditos em nuvem para processamento de banco de dados em 350 (OCPU) em média (Oracle PaaS and IaaS Universal Credits) e serviços de suporte avançado Oracle ACS (Advanced Customer Services), pelo período de 48 meses.

(G): **Contrato nº 86/2021 – Positivo Tecnologia S.A.:** Produção e fornecimento dos equipamentos e materiais e a prestação dos serviços descritos no Projeto Básico - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 3/2021 e demais anexos que dele fazem parte, assim como na proposta da contratada. Objeto ATA: fornecimento de até 176.000 (cento e setenta e seis mil) urnas eletrônicas modelo (UE2022), bem como o fornecimento e a prestação dos serviços, de acordo com as especificações, condições e prazos constantes do Edital de Licitação - TSE n 3/21.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

(H) **Telefônica Brasil S.A.:** Referente à prestação de serviços de comunicação de dados e fornecimento de dados entre TSE, TREs, e a internet.

(I) **UNIMED Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico.:** Serviços de Plano Privado de assistência à saúde coletiva empresarial do TRE/MG.

(J) **AKIYAMA S.A.:** Contrato 59/2023 - Aquisição de equipamentos para coleta de informações biométricas, com assistência e suporte técnico, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações, exigências e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação e proposta da CONTRATADA (2657218, 2657222 e 2652383).

Nota 10 - Demais Obrigações a Curto Prazo – Valores Restituíveis

Compreende os valores de terceiros ou retenções em seu nome, quando a entidade do setor público for fiel depositária, refere-se a valores exigíveis no curto prazo. Na Justiça Eleitoral, para o 4º trimestre de 2023, a conta Valores Restituíveis apresentou saldo a pagar no valor de R\$ 67.468.916,67, um aumento de 264,85% em relação a dezembro de 2022. Esse valor a maior refere-se a Consignações e pagamentos, como por exemplo, impostos e contribuições devidas, plano de previdência e assistência médica, depósitos retidos em garantia de fornecedores, glosa de encargos trabalhistas e também a depósitos judiciais e depósitos não judiciais de terceiros em posse dos órgãos da Justiça Eleitoral.

Nota 11 – Resultados Acumulados – Ajustes de Exercícios Anteriores

O registro na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores ocorrerá pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Para a Justiça Eleitoral, a conta Ajuste de Exercícios Anteriores encerrou o 4º trimestre de 2023 com saldo credor em R\$ 149.014.740,18, explicado por ajustes na depreciação acumulada de 2023 dos bens imóveis cadastrados no sistema SPIUnet. São exemplos de ajustes realizados na Justiça Eleitoral: baixa de saldo da conta instalações para incorporação, por motivo de reavaliação dos imóveis respectivos ou por incorporação, ajustes contábeis de reclassificação da conta de VPD para a conta Ajuste de Exercícios Anteriores referentes a despesas de pessoal, ajustes referentes a reconhecimento de passivos de despesas de exercícios anteriores e, por fim, ajustes devidos dos valores contábeis das urnas eletrônicas, decorrente da inexistência de um Sistema de Gestão de Patrimônio centralizado, no âmbito da Justiça Eleitoral.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

Observa-se que quando os sistemas ASI e SIAFI apresentam saldos contábeis incompatíveis entre os valores da Depreciação acumulada e os valores da Despesa de Depreciação registrada, segundo o Regime da Competência aplicável, devem ser ajustados no exercício corrente, em contrapartida a conta ajuste de exercício anterior. Faz-se importante mencionar o ajuste realizado no dia 27 de Janeiro pela STN no Tribunal Superior Eleitoral, no valor de R\$ 142.488.845,00, lançamento do tipo Credor, referente a reclassificações dos saldos para a conta de Superávits e Déficits de Exercícios Anteriores (mês de abertura de 2023). Esse procedimento ocorreu em todas as Unidades Gestoras dos Tribunais Eleitorais.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA

Nota 12 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Juros e Encargos de Mora

Esta conta se refere a variações patrimoniais aumentativas decorrentes de juros e multas com penalidades pecuniárias com base na inobservância de normas e com rendimentos destinados a indenização pelo atraso no cumprimento da obrigação.

O valor apurado em 2023 foi da ordem de R\$ 3.080.630,58. O aumento do percentual em relação ao período anterior foi de 77,03%, no total de R\$ 1.340.448,31, cujo montante analisado refere-se ao pagamento de valores devidos pelos partidos políticos decorrentes de devolução de aplicação irregular de recursos do Fundo Partidário, recursos de origens não identificadas de campanha, fontes vedadas de campanha, e outras receitas, bem como a devolução por parte do TSE (SOF) de recuperação de demais valores.

Nota 13 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Transferências Intragovernamentais

Essa conta refere-se à categoria mais relevante de Transferências e Delegações Recebidas. Nela estão compreendidas as transferências recebidas para execução orçamentária intragovernamentais, bem como as transferências recebidas independentes da execução orçamentária. São exemplos: repasse recebido, doações recebidas de bens imóveis, transferências recebidas de bens móveis, transferências de recursos.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

As Transferências Intragovernamentais referem-se, principalmente, ao recebimento de recursos relacionados às cotas recebidas da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como às cotas de sub-repasse recebidas pelos Tribunais Eleitorais referentes às despesas com pessoal, de custeio e capital do exercício de 2023, e para pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar. Importante constar, também, a referência aos valores recebidos relacionados ao Fundo Partidário e Multas do Código Eleitoral.

Para o 4º trimestre de 2023, na Justiça Eleitoral, houve um decréscimo de 32,49% em relação ao mesmo período do ano de 2022, tendo em vista o menor volume de recursos recebidos em anos não eleitorais pela não necessidade de gastos diretos com a elaboração das Eleições. Frisa-se que, até o encerramento do exercício de 2023, a participação significativa dessa conta refletiu-se em 94,20% de toda composição da classe de Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA da Justiça Eleitoral.

Nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Outras Transferências e Delegações Recebidas

Esta conta se refere às variações patrimoniais aumentativas decorrentes de demais transferências e delegações recebidas, compreendendo os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

Até o encerramento do 4º trimestre de 2023, houve um incremento de 45,73%, no valor nominal de R\$ 124.629.909,77 em relação ao mesmo período anterior - valor R\$ 39.105.978,36 a maior que o exercício anterior. Em sua maior parte, referem-se a doações e recebimentos de bens diversos registrados nessa conta, tais como a transferência de “kits biométricos” e urnas eletrônicas entre os órgãos da Justiça Eleitoral, além da transferência de imóveis de uso especial no SPIUnet entre a Secretaria do Patrimônio da União - SPU e Tribunais Eleitorais.

Nota 15 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Reavaliação de Ativos

Esta conta representa ganhos patrimoniais com a reavaliação de ativos da Justiça Eleitoral, resultado da diferença positiva entre o valor contábil líquido de um determinado bem e o seu respectivo valor de mercado (justo). Essa diferença converte-se em uma variação patrimonial aumentativa para aqueles órgãos que procederam à reavaliação nos termos das orientações normativas e legais aplicáveis.

O valor referente ao ano de 2022 (exercício anterior) se deve, principalmente, ao procedimento de reavaliação do imobilizado (bens móveis e imóveis) empregado nos órgãos da Justiça Eleitoral, consoante às diretrizes dos órgãos reguladores e de controle contábil, considerando a atualização dos

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

ativos imobilizados e a adequação dos valores patrimoniais àqueles praticados no mercado, que resultou em informações precisas de maior integridade e fidedignidade para a sociedade.

Porém, para o 4º trimestre de 2023, constatou-se decréscimo em 100%, resultando em valor zerado, haja vista que a referida reavaliação passou a ser registrada na conta patrimonial de Reserva de Reavaliação do Ativo Imobilizado, constante do grupo contábil Patrimônio Líquido, conforme estabelecido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 9ª Ed, o qual especifica, na página 235, que “a partir de 2021, não será mais admitido o reconhecimento facultativo dos aumentos ou diminuições relativas à reavaliação de seus ativos diretamente no resultado do exercício”, de modo que “as transferências da reserva de reavaliação para resultados não transitam pelo resultado do exercício”.

Nota 16 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Ganhos com Incorporação de Ativos

Essa conta representa o somatório da variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos na valorização e incorporação de ativos. São exemplos: reavaliação de imobilizado, reavaliação de intangíveis, ganhos com alienação de investimentos, ganhos com alienação de imobilizado, ganhos com incorporação de ativos por descobertas.

Assim como ocorrera no 3º trimestre/2023, houve variação negativa com a incorporação de ativos em 23,33% no quarto trimestre/2023. A variação horizontal corresponde ao decréscimo no valor de R\$ 268.649.688,43 em relação ao mesmo período anterior, considerando que o valor registrado em 31/12/2022 foi da ordem de R\$ 1.151.377.355,54 e, no quarto trimestre de 2023, R\$ 882.727.667,11. Essa redução decorre do fato de que 2023 não foi ano eleitoral. Porém, é importante ressaltar que os Tribunais Regionais Eleitorais receberam, a partir do terceiro trimestre de 2023, urnas eletrônicas modelo 2022 – UE 2022, bem como mídias de aplicação das UE 2022, em contrato firmado entre o TSE e a empresa Positivo Tecnologia S.A., visando as Eleições de 2024.

Nota 17 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Ganhos com Desincorporação de Passivos

Essa conta representa o somatório da variação patrimonial aumentativa com ganhos na desincorporação de passivos exigíveis, exemplo: sentenças judiciais favoráveis que desincorporam obrigações, baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar, comprovação e prestação de contas de recursos recebidos, correção de erros com a desincorporação de passivo

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

registrado, prescrição de dívidas.

Para o 4º trimestre de 2023, na Justiça Eleitoral, essa conta teve a expressiva redução de 99,97% em relação ao mesmo período do exercício anterior, ou seja, de R\$ 4.972.237.346,79 em 2022, para o montante de R\$ 1.521.514,72 em 2023. Vale dizer que em 2023 não ocorreu processo eleitoral, ao passo que o ano de 2022 foi ano eleitoral. Desse modo, a Justiça Eleitoral, registrou, em dezembro daquele ano, a comprovação do TED mediante apresentação do demonstrativo de distribuição do FEFC Eleições 2022, no valor de R\$ 4.961.519.777,00, o qual não ocorreu em 2023 por este não ter sido ano eleitoral. Registra-se, também, que no exercício anterior ocorreu a baixa de obrigação decorrente de cancelamento parcial de saldo de empenho referente ao contrato firmado entre o TSE e a empresa Positivo Tecnologia S.A., além de baixas de passivo decorrentes de cancelamentos de empenhos por anulação de restos a pagar realizados pelos demais tribunais eleitorais.

Nota 18 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

A presente conta se refere às variações patrimoniais aumentativas decorrentes de indenizações, restituições e ressarcimentos diversos, as relativas à compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios dos servidores da União, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição (não concomitante), bem como as decorrentes de penalidades pecuniárias (multas administrativas) motivadas por inobservância de normas.

Essa conta apresentou uma variação positiva de 4,46%, encerrando em 31 de dezembro de 2023 com o valor de R\$ 259.127.348,76, uma variação nominal em relação ao quarto trimestre de 2022 de R\$ 11.054.988,60. Os registros decorreram de multas administrativas (derivada do Código Eleitoral – Fundo Partidário) e contratuais, bem como registro de indenizações, restituições e ressarcimentos, em favor da Justiça Eleitoral.

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

Nota 19 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Outras Var. Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos

Esta conta se refere a outras variações patrimoniais diminutivas, relacionadas com pessoal e encargos, não abrangidas nos demais grupos de VPD, tais como as indenizações e restituições trabalhistas, e ressarcimento, a outros órgãos ou entidades estatais, com despesa de pessoal requisitado. Também

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

está abrangida neste grupo a concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sob as mais diversas modalidades, como ajuda ou apoio financeiro.

A variação negativa foi de 50,48%, ou seja, R\$ 15.461.562,83 em 2023 a menor em relação ao mesmo período do exercício anterior. Essa diferença se deve ao fato de que no período referente ao ano de 2022, por ser eleitoral, houve o pagamento de alimentação aos mesários e colaboradores nas Eleições Gerais, cujo custeio (alimentação aos mesários e colaboradores) se deu por meio de registro na conta Auxílio a Participantes de Cursos e Pessoa Física, inserta na conta de Outras VPD de Pessoal e Encargos.

Nota 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Uso de Material de Consumo

A variação percentual negativa de 65,48% nos bens constantes da presente conta de VPD – Uso de Material de Consumo no valor nominal de R\$ 48.091.972,95 no quarto trimestre de 2023 (isto é, diminuição real de R\$ 91.221.675,78 em relação ao mesmo período de 2022) é justificado principalmente pelo fato de que no ano anterior o consumo de materiais foi diretamente relacionado com as Eleições Gerais de 2022, diferentemente do presente ano que não é eleitoral.

Nota 21 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Transferências Intragovernamentais

Essa conta refere-se à categoria mais relevante de Transferências e Delegações concedidas. Nela estão compreendidas as transferências concedidas para execução orçamentária intragovernamentais, bem como as transferências concedidas independente da execução orçamentária, como, por exemplo, repasse concedido, doações concedidas de bens imóveis, transferências concedidas de bens móveis, transferências de recursos concedidas.

Com saldo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 10.550.168.162,26, essa conta representa 50,41% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas da Justiça Eleitoral. Para o 4º trimestre de 2023 houve variação percentual negativa de 33,08%, correspondente ao decréscimo nominal de R\$ 5.214.984.915,53, justificada pela redução na transferência de recursos financeiros e pela movimentação de bens (urnas eletrônicas) entre os tribunais em ano não eleitoral.

Também é justificada pela diminuição de transferências de cotas e sub-repasses concedidos aos Tribunais Eleitorais em anos não eleitorais, sendo que os valores estavam relacionados às despesas de custeio e capital somados aos valores relativos ao Fundo Partidário e Multas do Código Eleitoral. O

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

maior valor neste grupo, de R\$ 9.657.241.354,31, corresponde à transferência (concessão) de cotas de sub-repasse aos Tribunais Regionais relacionadas às despesas obrigatórias e discricionárias, aos serviços afetos às atividades judiciárias, bem como aos valores relativos ao Fundo Partidário e Multas do Código Eleitoral.

Nota 22 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Transferências a Instituições Privadas

As Transferências às Instituições Privadas compreendem as variações patrimoniais diminutivas de transferências financeiras concedidas às instituições privadas (ex.: Partidos Políticos). Essas transferências incluem bens e valores concedidos de qualquer espécie. Para o 4º trimestre, na Justiça Eleitoral, esta conta obteve a variação negativa de 80,44% em relação ao mesmo período do exercício de 2022, que foi de R\$ 6.071.439.608,11, ao passo que em 2023 foi registrado o montante de R\$ 1.187.601.587,43, gerando redução monetária de R\$ 4.883.838.020,68.

Tal diminuição se deu pelo fato de que essa conta corresponde às transferências a instituições privadas sem fins lucrativos, por meio de transferência de recursos do Fundo Partidário - TSE, em duodécimos, de acordo com a Lei nº 11.459 de 2007. Porém, como em 2023 não foi ano eleitoral, não houve a distribuição às agremiações partidárias do Fundo Especial de Financiamentos de Campanha dos Partidos Políticos, relativo às eleições gerais ou municipais.

Nota 23 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Outras Transferências e Delegações Concedidas

Compreende as variações patrimoniais diminutivas decorrentes de demais transferências e delegações concedidas, não compreendidas nas contas anteriores do mesmo grupo, tais como transferência de urnas eletrônicas entre as Unidades Gestoras integrantes da Justiça Eleitoral.

Diferentemente do que ocorre em anos eleitorais, quando o valor referente a essa conta possui grande variação positiva, em 2023 apresentou decréscimo de 45,20%, gerando uma transferência a menor em R\$ 32.164.015,70 em relação ao exercício de 2022. Tal situação deriva do fato de que o exercício anterior foi ano eleitoral, onde ocorrera transferência de urnas eletrônicas entre os TREs, bem como a entrega de suprimentos para urnas e material de votação. Os maiores valores incidiram sobre transferência, entre os órgãos da Justiça Eleitoral de doação e transferência de bens como “kits biométricos” e outros bens de informática, além de transferência de imóveis de uso especial no SPIUnet.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

Nota 24 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas

Essa conta de Variação Patrimonial Diminutiva refere-se ao somatório de valores reconhecidos relativos à reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste para perdas relativas à adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para os bens do ativo imobilizado (quando inferior ao valor líquido contábil), sendo estes bens imóveis, de informática, móveis e utensílios, veículos, etc.

No acumulado do quarto trimestre de 2023 registrou-se, na Justiça Eleitoral, o montante de R\$ 96.040.311,95, com variação positiva de 85,01%, em relação ao mesmo período de 2022, motivados principalmente por reavaliação (desvalorização) de Imóveis de Uso Especial no SPIUnet ocorridos nos TRE-RN, TRE-PE, TRE-SE, TRE-ES, TRE-MS, TRE-RJ, TRE-MT e TRE-GO.

Nota 25 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Incorporação de Passivos

Essa conta refere-se ao somatório de valores reconhecidos no Passivo Exigível por incorporação de passivos, reconhecimento de dívidas passadas, restos a pagar com prescrição interrompida, entre outros.

Para o 4º trimestre de 2023, na Justiça Eleitoral, houve o decréscimo percentual de 85,27% na conta contábil “Incorporação de Passivos”, resultando no montante de R\$ 864.180.479,26 até o encerramento do exercício de 2023, estando R\$ 5.004.454.919,49 a menor que o mesmo período do ano antecedente. Vale lembrar que o ano de 2023 não foi ano eleitoral. Os registros contábeis da Variação Patrimonial Diminutiva referem-se à incorporação de passivos decorrente do recebimento de urnas eletrônicas Modelo 2022 pelos TREs, anteriormente adquiridas pelo TSE por meio de compra centralizada, visando as Eleições de 2024.

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 26 – Receitas

No exercício de 2023, a previsão atualizada de arrecadação de receita da Justiça Eleitoral - JE permaneceu no valor total de R\$ 85.754.894,00, e refere-se à arrecadação decorrente da imposição de multas previstas no Código Eleitoral e Leis Conexas, destinada ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos – Fundo Partidário. As receitas realizadas no Balanço Orçamentário totalizaram R\$ 59.285.989,62, restando o saldo de R\$ 26.468.904,38 a realizar.

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

No entanto, ao apurar-se a arrecadação total das receitas destinadas ao Fundo Partidário, verificou-se a realização de R\$ 95.228.018,66, conforme tabela 13. Observa-se, na tabela, que essa diferença refere-se às multas eleitorais inscritas em Dívida Ativa registradas na Unidade Gestora 170013 do Ministério da Fazenda, Órgão responsável pela arrecadação dessas receitas.

Tabela 13 – Arrecadação de Multas do Código Eleitoral e L. Conexas– Por UG e Cód. Receita

Unidades Gestoras	Natureza da Receita	R\$
		Total
070026 – Secretária de Orçamento e Finanças do TSE	19100101	59.096.821,31
	19100102	177.818,09
SUBTOTAL - 070026		59.274.639,40
170013 – Subsec. de Planejamento, Orç. e Administração - MF	19100103	31.321.470,64
	19100104	4.631.908,62
SUBTOTAL - 170013		35.953.379,26
TOTAL		95.228.018,66

Fonte: Siafi

Nota 27 – Despesas

A execução do grupo de Pessoal e Encargos Sociais (despesa empenhada) foi de 96,7% da dotação atualizada. A não execução orçamentária totalizou R\$ 207,8 milhões, sendo que 55,5% permaneceram na unidade setorial de orçamento da JE. A justificativa se dá pela variação a menor do percentual de reajuste de subsídio de magistrados e de remuneração de servidores para o exercício financeiro de 2023, pela redução acentuada da execução na ação orçamentária 09HB, em decorrência da expressiva adesão dos servidores da Justiça Eleitoral ao FUNPRESP – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Públicos, à não confirmação da ocorrência de provimentos de cargos efetivos na proporção e nos períodos previstos na LOA para 2023, bem como à não ocorrência de demandas para atendimento de eleições suplementares municipais e/ou estaduais no exercício financeiro de 2023, na proporção prevista na LOA para 2023.

Para o grupo Outras Despesas Correntes, a execução (despesa empenhada) foi de 95,2% da dotação inicial atualizada. A não execução orçamentária foi de R\$ 155 milhões. Desse valor, 60,8% permaneceu nas Unidades Gestoras do TSE, com destaque para créditos não utilizados nas Ações Orçamentárias de Pleitos (R\$ 45 milhões), de Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da JE (R\$ 17,3 milhões) e de Benefícios (R\$ 23,7 milhões). No caso de Benefícios, a não execução dos valores em questão teve

Órgão Consolidado Justiça Eleitoral
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício de 2023

origem na não ocorrência de provimentos de cargos efetivos e o conseqüente não ingresso de novos beneficiários, nos termos projetados quando da elaboração da proposta orçamentária para 2023.

Quanto às Despesas de Capital, a execução atingiu 68,4%, e a não execução foi de R\$ 345,8 milhões. Destes, R\$ 253,2 milhões (73,2%) permaneceram na Ação de Pleitos Eleitorais que não foram utilizados na atualização e manutenção do sistema de votação e apuração. Cabe registrar que o TSE ofertou o valor de R\$ 250 milhões ao Órgão Central de Orçamento do Governo Federal, porém não foi possível realocá-lo em outros órgãos ou projetos.

Nota 28 – Restos a Pagar

Do saldo de R\$ 1.706.086.251,70 de Restos a Pagar Não Processados inscritos em anos anteriores, foram pagos durante o exercício de 2023 o valor de R\$ 1.238.149.623,33 (72,6%), e cancelados R\$ 72.521.396,70 (4,3%). Para o exercício seguinte, restou o saldo para reinscrição de R\$ 395.415.231,61, sendo que 83,3% desse valor estão na Unidade Gestora do TSE e refere-se, em grande parte (92,2%), a contratos para serviço de produção e fornecimento de urnas eletrônicas.

Para execução no exercício de 2024, os Restos a Pagar Não Processados terão uma redução de R\$ 415.073.617,84 (equivale a 24,3%), se comparados ao exercício de 2023, haja vista que a inscrição de restos a pagar foi de R\$ 895.597.402,25 [Despesa Empenhada – Despesa Liquidada]. Dessa forma, o saldo da reinscrição mais o de inscrição totalizará o valor de R\$ 1.291.012.633,86.

Quanto ao saldo de R\$ 30.780.084,94 dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados, o destaque fica para o Grupo de Despesa 1 - Pessoal, no qual 99,6% referem-se a valores pendentes de decisão superior, inclusive do Tribunal de Contas da União, relativos aos Tribunais Regionais Eleitorais de Roraima e Rondônia.